

O TRABALHO DE CUIDAR SOB OS DILEMAS DA GRAMÁTICA EMOCIONAL

JORGE BARRETO RIBEIRO¹

RESUMO

Este texto aborda as ambivalências da atividade trabalhista no ato de cuidar, tendo em vista que a gramática das emoções não é virtuosa no uso dos afetos. Serve apenas para legitimar a subordinação de gêneros, especialmente o feminino. Sempre que se encontre na condição de vulnerabilidade social. Assim, quase que invariavelmente, o trabalho de cuidar do outro, deixa de ser um sentimento moral, para servir como fonte de poder. Ao determinar que o vulnerável - a condição de pobreza e cor - deva cuidar, por ser inferior aos sujeitos branco e ricos. Fazendo do cuidado uma divisão social do trabalho expropriadora. A conclusão é que de tais contradições, embora não sejam deterministas, potencializa a adesão ao pós-modernismo, por desacreditar que haja um referencial universal mediador dos conflitos. Este adendo é agravante, levando em conta a consolidação do neoliberalismo, agora, orientado pela extrema direita. Que faz uso de uma gramática emotiva próxima dos ideais fascionazistas. O texto usa uma metodologia qualitativa; nos interessa apreender os significados destas contradições. Tem como fonte de pesquisa, dados secundários. Cujas análise segue o método dialético.

Palavras-chave: Trabalho - Cuidado - Gênero - Gramática Emotiva

ABSTRACT

This text addresses care and its ambivalences, considering that the grammar of emotions is not virtuous in the use of affections. It only serves to legitimize the male and female genders, in the subordination of the vulnerable. Thus, it ceases to be a moral feeling, to serve as a source of power; by determining that the vulnerable should take care, for being inferior to white, rich and Christian subjects. Making care an expropriating social division of labor. The conclusion is of such contradictions, enhances adherence to postmodernism, by discrediting that there is a mediating reference of conflicts. This addendum is aggravating, taking into account the consolidation of neoliberalism, now guided by the extreme right. Which makes use of an emotive grammar close to fascist ideals. The text uses a qualitative methodology; We are interested in apprehending the meanings of these contradictions. Its research source is secondary data. Whose analysis follows the dialectical method.

Key Words : Care - emotive grammar - gender

Keywords: work - care - gender - emotive grammar

¹ Universidade Federal do Oeste da Bahia.

INTRODUÇÃO

O ato de cuidar sempre fez parte história da humanidade. Todas as áreas de conhecimento procuram apreender como encontrar uma forma de acolhimento, no sentido de evitar o sofrimento e enfrentamento da morte. A exemplo da experiência vivenciada na pandemia covid-19. Que ocorreu no contexto da nova onda neoliberal, ainda mais excludentes, à medida que é representada pela extrema direita (ANTUNES, 2020).

Veremos ao longo deste texto, como o discurso do cuidar é realizado no sentido de legitimar a desigualdade social, visando mercantilizar os serviços relacionados ao cuidado. Isso porque a modernidade preserva certas tradições das sociedades pré-modernas, sobretudo, na divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1999) todavia, a solidariedade orgânica durkheimiana nem sempre é evocada. Imperando a solidariedade mecânica, em plena modernidade. Para isso, basta recorrer a gramática emotiva para hierarquizar o cuidar: o eu (os grupos hegemônicos, no sentido gramsciano) como guardião dos valores modernos e o outro (a alteridade, representada por raça, classe, etnia, religião, etc.). Na incapacidade de haver uma aculturação, os sujeitos inferiores não podem pertencer e nem serem reconhecidos como cidadão plenos.

Fica evidente, então, que o cuidado não perpassa pela gramática emotiva moral virtuosa, mas, por uma gramática emocional viciosa, porque recai no abuso da autoridade. Ou seja, não há a autoridade da lei (todos são livres e iguais, independentemente da origem), mas, há a lei da autoridade (pertencimento à hegemonia). Dito assim, veremos o percurso do cuidado e o uso da gramática emotiva a fim de compreender os descaminhos da degradação da condição humana, sobretudo, daqueles que precisam trabalhar para viver, em tempos (pós)pandêmico. Para isso, precisamos sair do cuidado mediado por uma gramática emotiva de cunho psicológico/individual para uma gramática do cuidado mediado pelo coletivo/sociológico, antropológico, políticos, históricos, etc. No dizer de Morin (2005), em sociedade complexas, precisamos de um pensamento complexo.

Tal problemática, requer o levantamento de duas questões elementares: 1) a modernidade ainda preserva alguns impasses, em grande parte, atribuído à racionalidade masculina, patriarcal e excludente; 2) todavia, o ato de cuidar inspirado na gramática emocional do gênero feminino, não parece atender um bem maior: assegurar a universalização da cidadania: direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; independentemente da condição social, econômica, de gênero, de racial, étnica, religiosa, etc.

De fato, parece haver alguns impasses na moral gramatical feminina, ao hierarquizar a condição social dos indivíduos. Isso porque a mulher branca e rica, reproduz os mesmos valores patriarcais. Não reconhece a alteridade como igualdade. Ou seja, a mulher pobre, negra e de valores culturais diferentes como digna de exercer a cidadania em sua plenitude.

Ora, se nem a ética do homem, a pseudo justiça, nem a ética da mulher a pseudo gramática emotiva são capazes de assegurar o cuidado como um direito universal, a quem recorrer diante do desamparo? Sobretudo na recente experiência da covid-19, cujo dilema consistiu em ir para casa ou ir trabalhar (DAVI, 2020).

Impactando no projeto moderno, fundamentado nos ideais iluministas de liberdade, igualdade e solidariedade. Se a hipótese que adentramos na pós-modernidade estiver correta, com o desaparecimento das instituições públicas, a exemplo do Estado do bem-estar social, quais serão as instituições que protegerão àqueles que não podem cuidar de si? Na dificuldade de encontrar essas mediações, voltaremos ao mundo hobbesiano da guerra de todos contra todos?

Ainda que existam outras possíveis explicações de tal problemática, abordaremos de forma panorâmica, o cuidado e uso recorrente da gramática emocional, no sentido de compreender as contradições trabalhistas do cuidado na sociedade contemporânea.

Na primeira parte, discutiremos o trabalho do cuidado, genericamente compreendido por cuidar de alguém é situação fragilizada, a partir do uso da gramática emotiva praticada na esfera privada pela mulher. Em seguida, na esfera pública. Nesta última, embora seja possível a institucionalização do cuidar através do Estado, ou seja, o trabalho do cuidador, nas primeiras décadas do século XXI, tem-se intensificado seu desmanche do Estado do bem-estar social, desde a emergência do neoliberalismo de extrema direita

Na segunda parte, veremos que diante dos descaminhos do cuidado, a problemática de gênero representa uma importante interlocução, tendo em vista as propostas de algumas feministas para fazer frente à modernidade iluminista, cujos fundamentos foram orientados pela racionalidade masculina, de ordem patriarcal e discriminatória. Em meio ao ceticismo com a modernização e a hipótese de uma modernidade inacabada, há interessantes debates entre o feminismo moderno e o pós-moderno, na falta de uma teoria paradigmática.

Na terceira parte, chamaremos a atenção para o fato de que diante das recorrentes catástrofes contingenciais, seja de causa natural (a pandemia da covid-19), seja de causa social (crises cíclicas econômicas) são inaceitáveis os alarmantes números de indivíduos que em situação de absoluto desamparo, ficaram sem nenhuma instituição que pudesse socorrer num momento em que sair de casa e ir trabalhar é cair numa roleta russa sem escapatória. Aqui, o propósito é abrir novos questionamentos, para saber quem cuida do cuidador. Ou seja, quando, quem cuida, não pode cuidar de si.

1 - O cuidado na esfera privada: quando a gramática emotiva faz diferença

A ética do cuidado tem em Carol Gilligan (1982), com a publicação de *Uma Voz Diferente*, lançada em 1982, sua forma mais emblemática, por ser feita num momento histórico em que a ordem patriarcal passa por uma série de questionamentos, isto é, no contexto da segunda metade do século XX. Trata-se de um ciclo de crises: guerra fria e a contracultura ocorrida em 1968. São movimentos de resistência ao patriarcalismo e seus tentáculos na educação, na religião, na música, cinema, etc. Enfim, descontentamentos com o racionalismo masculino e a iniciativa de reconstruir uma sociedade mais justa e democrática. Daí, uma sucessão de movimentos sociais atrelados ao mundo do trabalho e ao questionamento da ordem social estruturada pela racionalidade patriarcal.

Em contrapartida ao racionalismo masculino, surgem sucessivas pesquisas no sentido de atestar qual o gênero é mais capacitado para cuidar das mazelas da sociedade, nos momentos de crises sociais agudas, a exemplo da vivenciada na segunda metade do século XX.

Um dos estudos pioneiros, pode ser atribuído à Carol Gilligan (1982). Embora não estejam atrelados diretamente ao mundo do trabalho, suas pesquisas trazem implicações para esta atividade, à medida que o trabalho doméstico é tradicionalmente um atributo do gênero feminino.

Dito assim, uma das teses centrais de Gilligan é o fato de que a mulher tem um diferencial no trato social, por levar em conta as emoções nas tomadas de decisões. O que poderia representar uma saída para a racionalidade moderna, fundamentada na ordem patriarcal hierárquica e excludente.

Vejam, então. A partir de pesquisas baseadas no conflito e o processo de escolhas, tendo como referência o eu e a moralidade entre gêneros, Gilligan conclui que há uma diferença de voz. Comparada a dos homens, fundamentada na justiça e do direito, a mulher prioriza o cuidado do outro fazendo uso das emoções, para atender as reais necessidades e, assim, melhorar as condições da existência humana.

Revolucionária para uns, reducionista para outros, o fato é que Gilligan (1982) colocou a questão de gênero na cena do debate, retirando a mulher como coadjuvante na teoria do desenvolvimento moral. Em *Uma Voz Diferente*, Gilligan expõe uma visão dicotômica entre os gêneros masculino e feminino no trato do cuidado, a partir da crítica ao androcentrismo; trazendo um novo jogo de linguagem: razão e emoção, ética da justiça e ética do cuidado, responsabilidade individual e responsabilidade cooperativa. Antes inferiorizada, diz que a

emoção é qualitativamente superior ao racionalismo patriarcal.

Galligan faz tal descoberta, analisando o dilema de Heinz; pesquisa realizada por Kohlberg. A autora discorre sobre os dados obtidos através de entrevistas realizadas com crianças de 11 anos de idade; correspondente ao último estágio do desenvolvimento infantil - o operatório formal e aproximando da fase adulta, portanto, capaz de ter um pensamento crítico, escolher o certo do errado e ser mais assertiva, ao formular hipóteses. O conflito de Heinz consiste em decidir o que ele deve fazer diante da doença de sua esposa. O farmacêutico informa a ele, que existe o remédio para curá-la, porém, revela a insuficiência do dinheiro. Qual seria a melhor saída para Heinz, preservar a vida de sua parceira? O garoto Jake, argumenta recorrendo à racionalidade matemática, que na falta de dinheiro, Heinz poderia roubar o remédio que salvaria a vida de sua amada. A garota Amy, surpreendentemente, demonstra preocupação com as consequências do roubo, pelo risco de ser preso e deixar a esposa doente desamparada. E o mais revelador, questiona a irreduzibilidade do farmacêutico em abaixar o preço do remédio. A menina problematiza com duas hipóteses que enriquece a sensibilidade de gênero, demonstrando maior afeição em relação ao sofrimento do outro. Numa palavra, o feminino é diferenciado, por indicar uma maior ética do cuidado.

Embora represente um avanço na compreensão do papel da mulher na ética do cuidado, por ter uma voz diferenciadas, o fator emotivo, Galligan incorre em alguns casuísmos: a) essencialismo de gênero relacionado ao sentimento, dando superioridade à emoção, em detrimento da razão; b) não aponta como os diferentes gêneros interagem no cotidiano, sendo socialmente tão distintos, na busca de garantir o acesso à proteção do cuidado universalizável; c) não contempla a hipótese de que a ética da emoção (feminina), em vez da ética da justiça (masculina), pode ser transformada numa fonte de poder hierarquizador, repetindo o racionalismo masculino e sua ordem patriarcal.

A autora se defende, argumentando que a voz assinalada, era uma voz humana. Retirando quaisquer exclusividades de sentimentos morais das gramáticas do cuidado ao gênero feminino.

1.2 - Dissonâncias de vozes, luta pelo poder em vez de binarismo de gênero racional/emocional

Sob o viés historicista, Joan Scott (1997) diz que as teorias de gênero não podem privilegiar quaisquer variáveis, sem associá-las às relações de poder. Aprender consiste em verificar

as hierarquias sociais, de modo a identificar o grau de subordinação, ou seja, a relação entre quem domina e quem é dominado. E como se dá esse processo. De nada serve congelar os dados obtidos na pesquisa de campo e concluir que todos os sujeitos estão representados na amostragem, conforme apontado pelo dilema de Heinz.

A autora observa, pensar assim, é achar que estamos imunes aos conflitos e às transformações da história. A mulher apresentada por Carol Galligan, diz Scott, é a-histórica. Sobretudo ao torná-la mais virtuosa, em decorrência de um suposto discurso ético do cuidado exclusivista.

De acordo com a autora, Galligan ao dar um atributo exclusivo ao gênero feminino do care, reproduzi alguns estereótipos, estabelecidos na ordem patriarcal: essencialismo e binarismo hierárquico. Só que, agora, representado pela mulher.

Neste sentido, ao discorrer sobre os usos e abusos da gramática, Scott (idem, p.3) indica que na “gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes”.

Então cabe perguntar, como apreender as simbologias significativas, sobretudo, as normatizadoras? Para Scot, são os símbolos vivenciados pela mulher do seu tempo. A mulher do tempo vivido, e não a ser vivido. Ora, para a autora, viver é constantemente disputar um lugar de voz, ou seja, um lugar na sociedade. Porque, mesmo em situações de comando, o poder nunca é “unificado, coerente e centralizado” (SCOTT, idem, p.86). Para tal argumento, a autora adota a microfísica do poder de Michel Foucault (1996). Nesta acepção, o poder é disperso, por ser demandado por um grande contingente de pessoas. Como são nos corpos que se dá a imposição de um sobre o outro, portanto, é mais facilmente perceptível, Foucault chama esta força de biopoder.

Scott (idem, p.86) é enfática a respeito do processo de construção do gênero, enquanto ser social em meio a desafios: trata-se de esforço visando adquirir uma identidade, através da soma de relações, e que contemple “a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e de imaginação”.

Assim, embora não negue a eficácia explicativa dos fatores sociais, classe, racial, étnica e de credos, observa que não podemos desprezar o peso distinto de duas causalidades. Vejamos em suas próprias palavras, o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, idem, p.86). Portanto, há o fator sexual, de componente biológico e o fator gênero, construído socialmente. O primeiro pode ser referido a questão reprodutiva da espécie humana; e o segundo, a produção simbólica da

existência. Todavia, em conjunto, eles servem para hierarquizar as relações de poder. É sob este eixo, que a autora centraliza suas críticas à psicologização de gênero e o cuidado.

E o poder não é redutível ao homem, está a serviço de quem pode legitimá-lo. Portanto, independe, se estamos falando de racionalismo do homem ou as emoções presentes no comportamento da mulher.

Galligan, afirma Scott, parece acreditar que a história normativa é consensual e sem conflitos entre gêneros diferentes, homens versus mulher e/ou gêneros iguais, mulher (branca e rica) versus mulher (pobre e preta).

A autora destaca que no decorrer histórico, houve experiência em que a mulher não era idealizada sob subjugação, a exemplo dos socialistas utópicos franceses e ingleses que na primeira metade século XIX, concebia os diferentes gêneros como “indivíduo social”. Os anarquistas europeus também exemplificam críticas ao modelo convencional do casamento burguês, além da recusa de hierarquização social pelas diferenças de sexo (SCOTT, idem, p.91).

Se o conflito entre gênero é histórico, resta, de fato, saber como as coisas mudam; levando em conta que o poder é constantemente disputado. É preciso, de antemão, atentar para as condições sociais vigentes e os resultados dos processos políticos. Assim, poderemos apreender a eficiência à ética do cuidado, como educação moral aberta. Isto é, para as possibilidades divergentes ou convergentes de gêneros. Para tanto, é preciso sair da discussão da gramática da ética do cuidada (moral), para a ética da autoridade (poder).

1.3 - Cuidado, uma gramática emocional privatizada

Tronto (2007) diz que os postulados de Galligan, não representam uma reposta cabal do cuidar e o atributo dada à carga emotiva como mais eficaz para a questão do cuidado. A crítica central da autora, consiste em dizer que as elites hegemônicas, ambos os gêneros, não cuidam, na realidade, querem ser cuidadas. Essa inversão, resulta num jogo gramatical das emoções, cuja moral sai da alçada psicológica para a sociológica e política.

Como veremos, a autora retira o ato de cuidar como uma atividade trabalhista doméstica privatizada, para dar um atributo ao trabalho voltado para o cuidado, um valor universal. Tornando esta categoria analítica ainda central para a reprodução social e econômica.

Adendo que pode ser validado, se levarmos em conta a recente onda pandêmica decorrente da covid-19, cujo maior dilema era ir para casa ou ir trabalhar (DAVIS, 2020). Não podemos

desprezar o fato de que, na realidade, não é uma ambivalência entre ir para casa no intuito de ficar no ócio ou ir trabalhar de modo a preservar a lógica da racionalidade mercadológica, fundamentada na maximização do lucro em detrimento da precarização e/ou morte daqueles que precisam trabalhar para sobreviver.

É sabido que ir para casa ou ir trabalhar é apenas um mero jogo de linguagem, levando em conta que a maioria das pessoas em casa ou na rua, não estaria desvinculada do mundo do trabalho. Seja a partir da atividade doméstica, seja para além deste espaço. Neste último caso, através do teletrabalho (ANTUNES, 2020).

Voltemos a Tronto, para apreender como o cuidado é um valor maior, independente do gênero e estar ou não associado ao mundo trabalho. Pois, trata-se de preservar a dignidade humana, se partirmos da hipótese de o trabalho de cuidador no âmbito doméstico ou não, dever-se-á ficar protegido, quando quem cuida do outro, não pode cuidar de si. Como mais uma vez, demonstrou a covid-19, nas situações em que os indivíduos ficam desempregados. Atestando que a proteção social e a renda mínima, não pode mais, necessariamente, ficar condicionado ao mundo trabalhista.

Tronto redireciona a perspectiva do cuidado, como uma atividade, a fim de apreender quem cuida de quem. Isso implica na realização de papéis sociais, que perpassa por relações de poder. Exercer autoridade sobre algo ou alguém. Dominar é subordinar. É, pois, a gramática emocional do cuidar, quem legitima esta assimetria. Motivo: quem cuida, cuida porque é inferior. Cuida, porque precisa trabalhar para alguém. Inferioridade decorrente da origem diferente. A desigualdade adquire uma gramática emocional de poder subordinar o outro - quando situado numa condição vulnerável. As emoções, seguindo Tronto, não atuam necessariamente para acolher, mas, também segregar e subjugar.

A autora destaca que há uma dualidade sentimental na interação de quem presta e quem recebe o cuidado, percebida por Noddings. Nesta ótica, apesar de quem recebe o cuidado ficar agradecido, todavia, passa despercebido que o prestador do cuidado é o outro. E o outro quando é diferente e desigual, a gramática emocional muda de posição. Agradecimento não é sinônimo de reconhecimento de direitos iguais. Vejamos a sua ênfase, nesta questão, a “dualidade fornecedor/recebido não é simplesmente uma ferramenta analítica, mas também uma forma de evitar o reconhecimento de que os que cuidam também são vulneráveis, carentes e incompetentes” (TRONTO, idem, p.296).

O receptor do cuidado, mesmo estando numa situação fragilizada, ainda assim, não esquece que está no comando e o outro na obediência. Isso porque, entre os participantes do cuidar e ser cuidado, “toda a atenção está voltada para aquela pessoa considerada com mais poder”. Autoridade, que determina quem pode participar do jogo democrático e da

cidadania, e “os únicos agentes possíveis para mudar a situação são aqueles que já são participantes”, diga-se, os privilegiados. A reprodução deste modelo se dá “com aqueles que já são mais fortes e são capazes de descartar os que foram transformados em “os outros” (TRONTO, idem, p.296-297). De acordo com Tronto, a ética do cuidado, é uma fonte de produção e reprodução das desigualdades sociais.

Para tal intento, Tronto juntamente com Berenice Fisher, diz que o cuidar tem haver com ações que incluem preservar e reparar o mundo em que vivemos, que “inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente” (TRONTO, 2007, p.287). Mostrando que, se tudo está interligado, o cuidado ético de Galligan não atende a complexidade demandada pela sociedade contemporânea.

Tronto afirma que o cuidado, nunca foi exclusividade de gênero. A concepção de que a mãe tem o instinto natural materno de cuidar e proteger seus filhos, é uma invenção recente. A autora, cita Eva Kittay ao usar o termo “doulia”, demonstrando que havia alguém disponibilizado para acompanhar o desenvolvimento das crianças, na ausência dos pais (TRONTO, idem, p.295). Fica claro, então, que o cuidado pode ser delegado a outrem. Se é para terceirizar, que o cuidado não seja um privilégio do homem e da mulher ricos e brancos.

Somo todos frágeis em algum momento da vida, sobretudo, nas fases infantil e velhice. Daí, é preciso indagar a quem cabe à responsabilidade de proteger os indefesos? Joan Tronto, distingue o cuidado real e o de serviço. Para não perder a riqueza esclarecedora, vejamos em suas próprias palavras: “O ‘cuidado real’ será feito apenas pelos ‘não-marcados’, pelas pessoas ‘originais’, ao passo que o ‘serviço’ será marcado pela raça, pela língua, pela religião e pela migração” (TRONTO, idem, p.297).

Em vez de mercantilizar tais serviços entregando a iniciativa individual ou privada, o cuidado deve ser um direito universal e assegurado pelos serviços públicos. Numa sociedade globalizada e culturalmente plural, Tronto sugere desconstruir a indiferença em relação ao outro. De um modo peculiar, diz que “Duas cabeças pensam melhor que uma” (TRONTO, 2007, p.300). São os direitos iguais que constitui uma democracia plena.

Aceito assim, Tronto nos permite assinalar que Galligan ao atribuir o ato de cuidar na esfera privada, não leva em conta que trata-se de uma atividade trabalhista passível de hierarquização de gênero. Num primeiro momento, no âmbito doméstico e de caráter voluntarista, na medida em que esta atividade está condicionada ao afazer feminino. Sobrecarregando a mulher como a única gestora do lar: cuidar dos filhos e da casa. Liberando o homem o homem para trabalhos mais valorizados nos espaços não privados. Portanto, relacionados ao mercado econômico.

2 - Cuidado, uma gramática emocional levada à esfera pública

Benhabib afirma que, a grosso modo, o ato de cuidar ficou historicamente relegado sob responsabilidade da mulher, mas, sem a devida visibilidade. Como atividade de segundo plano e impedida de contribuir na gestão da sociedade. Prática excludente, dada a não paridade entre gênero, descumprindo os ideais iluministas de liberdade e igualdade. Sem perde-lo como referência, Benhabib propõe descentralizar o gênero masculino, por assim dizer, como a medida de todas as coisas. Todavia, não tem intenção de inverter as relações de poder; realocando a mulher como gênero exclusivo do cuidar.

Sua teoria integradora evita abarcar os referenciais pós-modernista. Em Benhabib, o outro generalizado é o ser que cuida. Todos os gêneros são universalmente éticos para o ato de cuidar.

Trata-se de uma gramática emotiva acessível, desde que haja uma disposição moral para dialogar. A fim de reconstruir os ideais iluministas, recorre ao universalismo de John Rawls (2005) e ação comunicativa de Habermas (1997).

Seyla Benhabib vê nestes pressupostos, aderência à prática do cuidado, reformulando-os. Não discorda da equidade virtuosa, presentes no universalismo manifesto nas declarações dos direitos, conforme Rawls; onde credo, raça, sexo, etnia, religião, etc. não podem ser critérios discriminatórios. Todavia, aqui, encontra-se o outro em situação generalizada, mas, sem vivência real. O self de Rawls, diz Benhabib, é meramente institucionalizado. Porque o outro é como um ser abstrato, não é nomeado quais são os sujeito que devam acionar às instituições nos momentos de crise insolúvel. Basta ver, que nem todos têm acesso à justiça de forma isonômica. A lei contempla apenas o eu situado na mesma condição de quem controla a ordem.

A fim da ética do cuidado não ser confundida com complacência, Benhabib (2021, p.120) sugere trazer de volta o outro concreto presente nas experiências oriundas dos campos sociológicos, antropológicos e psicológicos. A autora defende a fala ideal de Habermas, como um método para auscultar a voz do outro. Procedimento a ser alcançado substituindo o consenso racional habermasiano por acordos contingenciais racionalmente justificados e aberto a novos questionamentos.

Aqui, a sociedade aberta à fala são de ambos os gêneros; que permite unificar a ética do cuidado emotivo, atribuído à mulher, e a ética da justiça, atributo do homem. Mediado pelo diálogo, a autora desloca o cuidar da esfera privada para a conversa comunicativa habermasiana, na esfera pública. Lugar da institucionalização da ética do cuidar universal. O cuidado, nesta perspectiva, perpassa pela construção de uma esfera pública acessível a todos demandantes por direitos. Mas, para haver eficácia, faz-necessário o uso da

gramática emotiva, cujos sentimentos morais sejam baseados na ética do discurso, ou seja, da fala sincera.

A reconstrução da ética entre gêneros de Benhabib não deixa de ter seus encantos. Um referencial teórico robusto, ao propor fundir duas éticas de gêneros distintos, mediadas pelo diálogo. O que daria continuidade à modernidade de forma mais inclusiva, evitando o sofrimento daqueles que foram descuidados do iluminismo sobredeterminado pela ordem patriarcal. Mas, faz-se necessário saber se sua teoria resiste à interpelações do tipo: a) confirmar se o homem racional e sexista, estaria disposto a conversar, incondicionalmente, com a mulher emotiva, e agregar este valor à sua conduta; b) a mulher concebida por Benhabib, parece ter um caráter voluntarista, porque não é explicado como, uma vez alinhada ao homem, pensará como mulher eticamente emotiva por ter uma voz diferenciada e, assim, continuar solidária quando o outro for diferente de si, tais como negra, pobre, etc.; c) não parece convincente que sair da esfera privada para a esfera pública, em busca do comum entendimento, implica que a ética da ação comunicativa, ainda que sob acordos contingencial e passível de correções, seja superior em relação a ética do cuidado emotivo nos molde de Gilligan, quando se depara com identidades absolutamente distintas e que, muitas vezes, vão de encontro aos princípios iluministas ocidentais que, embora detenha ‘discurso emancipador, desenvolveu técnica de controle para disciplinar o corpo, como afirma a tese foucaultiana. Dito mais precisamente, como lidar com o diferente quando quer continuar sendo diferente; por exemplo, os povos nativos ao recusarem a aculturação com os valores ocidentais; d) estas três objeções parecer cair na mesma armadilha da histórica racionalidade masculina, cuja ordem e progresso não chegaram a todos, em grande parte, porque ainda não foi enfrentada à necessária justa distribuições de recursos necessários à cidadania plena - direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais - para que os indivíduos também possam ser cuidados e não obrigados a cuidar, por pura necessidade de trabalhar de dia para comer à noite ou em situações que ameacem sua saúde e/ou vida, a exemplo do que vimos recentemente, com a pandemia covid-19.

2.1 - Cuidado, uma gramática emocional sob ambivalências do trabalho na modernidade

Vimos até aqui, que as (des)continuidades do cuidado sob responsabilidade de ambos os gêneros como incapazes de criar uma gramática acolhedora de forma a tornar o cuidado um bem universal, através do trabalho do cuidador, apesar dos esforços de Benhabib de conciliar as éticas da justiça masculina e a ética do cuidado feminina mediada pelo diálogo comunicativo, na esfera pública. Ora, se o outro é diferente do eu, como prosseguir na luta pelo reconhecimento e pertencimento mediante à desconfiança nos dois gêneros?

De um modo geral, este é objetivo a ser alcançado nos debates entre Benhabibi, Butler e Fraser, chamando atenção para a crise da razão moderna/patriarcal, relacionadas ao cuidado e o uso/abuso da gramática emocional.

Benhabib (idem, p.166), cita Jane Flax que identifica a pós-modernidade em três princípios constituídos pelo fim: do homem, da história e da metafísica.

Todos direcionados ao iluminismo e suas grandes narrativas, ou seja, valores universalizantes. Respectivamente, o homem isonômico; história universal e inclusiva; valores edificantes como o bem e vida boa/cidadã.

Nesta ótica, a prova de que adentramos na pós-modernidade estaria na dificuldade dos ideais iluministas (liberdade, igualdade e fraternidade) serem passíveis de universalização lidarem com a alteridade. Iluminismo é apenas para os iguais. No dizer de Benhabib, sujeitos de razão masculina ou que gravitam em seu entorno. A autora consente na crítica pós-feminista em desmitificar tal racionalidade, ao levar em conta que nessa concepção o homem é conceituado como um ser linguístico, por excelência. No entanto, não passa de um jogo de linguagem. Isso porque faz uso dissimulado do discurso racional emancipatório. Fazendo assim, torna passível destituir as bases filosóficas que consolidariam os ideais universalizantes emancipatórios. Diante de tal inquietação, Benhabib é incisiva: qual é, então, do racionalismo iluminista? Em busca de uma resposta convincente, interpela um dos expoentes da pós-modernidade, Judith Butler e sua teoria da performatividade de gênero.

O impasse entre as duas teorias consiste em saber se há alguém ou a quem apelar, quando o sujeito se vê impedido de lutar pelo direito de ser protegido da gramática emotiva marcadora e excludente de cunho racial, étnico, de classe, sexual, etc.? E, sobretudo, da ordem patriarcal seletiva e discriminatória?

Benhabib, acredita que sim. Mas também admite que o sujeito é condicionado. Entretanto, se não há sujeito, como pensar nos processos libertários? Benhabib, acredita que há discursos pré-linguísticos ainda não explorados, a serem tematizados na esfera pública. O sujeito não pode decretar sua própria morte, pois, devemos ter a expectativa de que seja portador de novas visões de mundo à serviço da humanidade. Isso significa que sem sujeito, não há grande história a ser narrada.

Judith Butler (2019), defende seu ponto de vista, observando que a morte do sujeito não significa a morte de todos os sujeitos. Discorda apenas a existência de um sujeito a priori emancipado. Tendo em vista que a razão libertária ocorre de forma excludente e seletiva. Incapacitando o sujeito de agir performativamente. Se há cerceamento linguístico, nada garante que a ação seja fonte de transformação política, no sentido de bloquear

a sobredeterminação do gênero patriarcal e quaisquer outras formas opressoras vindo do gênero feminino. Diante do impedimento performativos, a ressignificação tem que vir dentro de si mesmo. Butler ilustra a drag queen, como exemplar para ressignificar a performance do feminino.

Nancy Fraser (2019) tenta contemporizar, sem discordar da pertinência das duas autoras. Fraser entendendo os impasses que a sociedade contemporânea enfrenta, parece querer evitar um incêndio autodestrutivo; obscurecendo as possibilidades emancipatórias da modernização ocidental. Fraser entende que os postulados de Benhabib e Butler, em vez de excludentes são complementares. Os dois debates derivam da virada linguística. Dito em outras palavras, o entendimento de que o conceito perde o caráter de essencialidade, e passa a ser compreendido dentro de um contexto de jogo de palavras.

Benhabib, explica Fraser, se apegando ao aspecto filosófico do iluminismo e, por isso mesmo, não parece disposta a sacrificar a reconstrução das normas sociais em prol de uma sociedade mais emancipada. Assim, sem apontar como a emancipação poderia ser realizada em situações pontuais, repete os cânones da filosofia. Apregoa sem contextualizar com as reais situações sociais. Que poderia ser realizado, buscando dialogar com outras epistemologias. Butler, por sua vez, ao defender que o pós-estruturalismo é representado por diversas correntes, impede de ser acusada de decretar a morte do sujeito. Decreta-se, sim, o sujeito morto pelo iluminismo excludente. Na falta deste referencial seguro, indica o autorreferencial. Fraser acusa a inconsistência deste propósito, porque há autorreferencial ressignificando valores bons e ruins. E quem seria o referencial para mediar tais descaminhos, Butler parece não ter respostas, acusa Fraser.

Pertinente e sugestiva, Fraser aponta a fragilidade de cada uma das feministas citadas. Os problemas filosóficos sem assinalar a devida reconstrução das normas sociais, de Benhabib; e a falta de um referencial de poder mediador dos conflitos, em Butler. Também não deixa de chamar a atenção para o viés dos dois impasses: o pós-estruturalista de viés desconstrutivista, de Butler e a reconstrução iluminista de Benhabib estão atrelados à mesma causalidade: o pós-fordismo. Ou seja, as reestruturações produtiva e do trabalho que deixam os sujeitos desprotegidos de qualquer cuidado, numa total situação de fragilidade.

Fragilizados, não resta outra alternativa a não ser ficarem à mercê de atividades que na divisão social do trabalho, são precarizadas e/ou desvalorizadas pelo mercado.

Aceito assim, Fraser não discorre uma teoria unificadora para as propostas de Benhabib e de Butler. Diante da permanência de tais impasses, acreditamos que algumas considerações precisam ser feitas, para que a falta de cuidado, não signifique o fim do homem, digo, do

ser humano situado em dois adventos igualmente perversos/excludentes: pós-fordismo e neoliberalismo no mundo pandêmico: a) é preciso (re)pensar o que nos fez chegar ao limite da vulnerabilidade, com o desamparo do cidadão após o desmonte do estado do bem-estar social, especialmente daqueles que precisam trabalhar para sobreviver, dado a degradação das condições de vida; seja pela precarização dos direitos atrelado ao trabalho ou à absoluta falta; b) o papel positivo dado às emoções, muitas vezes, passa por um processo de inversão, fazendo com que a gramática emocional seja usada pela autoridade de ambos os gêneros para legitimar a submissão da alteridade; é na prestação de serviços de cuidar de objetos humanos e não humanos (o planeta Terra e a questão ecológica) que fica perceptível o grau de subcidadania dos sujeitos sujeitados à subordinação; trabalhar cuidando, significa risco e/ou sentença de morte; c) quais são os caminhos referenciais para o engajamento político dos vulneráveis, contextualizado no neoliberalismo de extrema direita, que parece não desejar somente submeter o outro diferente de si, mas, também eliminá-lo?; d) na hipótese de que a extrema direita, não seja apenas populista, mas, de fato, tenha como referência os modelos políticos fascista e nazista, o que resta do iluminismo como referência norteadora de possíveis soluções?; e) seria a modernidade iluminista, um projeto inacabado, daí a ideia de continuidade para reparar seus déficits excludentes? Ou nunca fomos, de fato, modernos. Com isso, as narrativas libertárias universais, seriam uma dentre outras existentes na criação da fábula modernidade?; f) Na hipótese da validade universal do iluminismo, o foco da gramática das emoções referente ao cuidado, deve ser nos eixos iluministas de liberdade, iguaides e solidariedade, contudo, enfatizando as investigações nos déficits de solidariedade com a alteridade. Para tanto, é preciso apreender que, além das obrigações institucionais públicas, faz-se necessários compreender como as ramificações da microfísica do poder, legitimadas através dos jogos de linguagem, agora sob o viés da gramática emocional, tem desviado a racionalidade moderna, como estratégia de polarização social e, conseqüentemente, legitimar as desigualdades sociais dos vulneráveis. Que em vez de serem protegidos, precisam cuidar da reprodução econômica do capital, mesmo sob o risco de morte. Ilustrando de forma exemplar, o dilema entre ir para casa ou ir trabalhar, para cuidar da maximização econômica em vez de maximizar a preservação da vida, de quem precisa trabalhar para sobreviver.

2.2 - Quando o cuidar vigente, está sob a gramática emocional da indiferença

Se achávamos ter conseguido uma maneira civilizada de convivência social e pacificado a relação entre o mercado de trabalho e o mercado econômico nos países de capitalismo avançado, cujos direitos foram assegurados à maioria, o coronavírus, desvelou as máscaras de nossa ilusão, mediante a indiferença ao sofrimento e morte do outro: a

alteridade. Mesmo em países autointitulados socialmente democráticos, a exemplo dos EUA, testemunhamos governos populistas, que recorreram a jogos de linguagens, gerando uma gramática emotiva, de modo a sensibilizar os trabalhadores a ir para rua em vez de ir para casa.

Segundo Mike Davis, o confisco de direitos já estava ocorrendo desde a consolidação do neoliberalismo na década de 1990. Com a chegada do coronavírus, 45% da força de trabalho norte-americana estava descoberta de alguma proteção à saúde. Pelo fato de Donald Trump e seus séquito conservadores, terem desmantelados Medicaid. Os desempregados pobres, sem assistência à saúde pública, não tinham alternativa a não ser aguardar nas longas filas dos hospitais de emergência. Sem condições de atendimento em massa, porque também foram desestruturados por governos neoliberais (DAVIS, 2020, p.16). Neste país, no quinto mês da pandemia, pesquisas apontavam que 30% ou mais de indivíduos estavam desempregados, situando-os abaixo da linha de pobreza. Dos latinos, 60% perderam seus empregos ou tiveram a renda diminuída. Estas perdas vêm juntas num mesmo pacote: suas moradias, reservas econômicas e outras seguridades sociais, que levaram a vida inteira para conquistarem (DAVIS, *idem*, p.21). Percebendo que não era uma gripe passageira, no quinto mês da pandemia covid-19, começa haver o discurso de que era preciso voltar ao trabalho para cuidar da economia ou haveria o colapso do mercado liberal. Como o recolhimento, era única profilaxia mais segura diante da virulência patogênica, sair de casa é literalmente uma sentença de condenação. Dito mais precisamente, (*idem*, p22), “milhões de famílias trabalhadoras sentem que foram sequestradas e mandadas para o inferno” (DAVIS, *IDEM*, 22).

Ricardo Antunes (2020, p.1) destaca que no país mais rico do mundo, os EUA, é alarmante o abandono dos pobres. Em várias cidades do país, são mais de 33 milhões de pessoas em busca de salário-desemprego, filas por todo o país na espera de alimentos e uma grande quantidade de desabrigados dormindo nas praças e estacionamentos. No Brasil, diz Antunes, o desamparo do trabalho é o normal de sempre, piorado pela pandemia. No final de 2019, 40% dos trabalhadores estavam na informalidade. Vivenciando a uberização que, a princípio, parecia atrativo por parecer que o trabalhador virou um empreendedor, ao ter seu próprio negócio. Facilitado pela gestão do tempo, em suas formas digitais. Mas, na realidade, é mesma lógica de exploração do trabalho: uso intensivo de mão de obra terceirizada, informal e precarizada.

Para Santos, com a pandemia há novas investidas do neoliberalismo em retirar as garantias do mundo do trabalho. A informalidade e trabalhos autônomos fazem parte do cenário global. Neste período, na Índia, foram cerca de 300 milhões de pessoas sem rendimentos. Na América Latina, em torno da metade dos trabalhadores estavam situados no mercado

informal (SANTOS, 2020, p.16). Em sua perspectiva há um aspecto pedagógico a ser tirado desta experiência pandêmica. A quarentena forçou os indivíduos perceberem que o capitalismo tem rejeição ao social e que esta, não podemos esquecer, é a primeira das próximas pandemia que virão. A extrema direita, demonstrou incapacidade ou desinteresse na gestão da pandemia. Além de velhas tradições que retornam com mais força, o patriarcado e o fundamentalismo religiosos. Embora veja este caráter pedagógico, o autor acredita que o só o tempo irá dizer se houve, de fato, haverá algum aprendizado.

Santos parece ter a expectativa de despertar o que há de racional no homem e que possa tirar lições para o planejamento de um futuro melhor. Por enquanto, achamos necessário atentar um pouco mais para as estratégias da extrema direita, exatamente, no combate à racionalidade e apelando para uma estratégia ainda pouco explorada: os afetos.

É sobre o trabalhador vulnerável que são feitos os primeiros ataques. Para tanto, é preciso atentar para a gramática das emoções, a fim de ver a sua eficácia. Observando seu viés sociológico, a convocação para sair de casa, não é para todos. Apenas aquele que sem reservas econômica e precisam ir trabalhar de dia para comer de noite; os de baixa escolaridade e, quase que invariavelmente pobres e negros.

Tal inismo pode ser observado no paradoxo, exemplificado pelo trabalhador que vende sua força produtiva cuidando de setores que não podem ser preenchidos pela máquina: o da saúde e o doméstico. Isso nos permite verificar o uso da gramática das emoções a partir dos sentimentos morais, visando influenciar as tomadas de decisões do trabalhador, anulando o viés racional

Acredito que estes dois exemplos, nos permitem perceber os limites dos modelos tidos como democráticos que adentram a modernidade iluminista do século XXI. Isso porque, este segmento de trabalhadores cuida dos outros: o trabalho doméstico, em sua maioria mulheres; e nos centros de saúde, tratando os doentes contaminados pela covid-19. Contudo, mais exposto ao contágio e contaminados pelo coronavírus no trabalho, ficam em quase absoluto desamparo. Assim, não tem como perguntar a questão embaraçosa para os conservadores da extrema direita: quem cuida de quem cuida? Dito em poucas palavras, quem cuida do cuidador, quando não pode cuidar de si?

Ademais, entendemos que o trabalho humano continua central para a reprodução econômica (HARVEY, 2020), conforme a convocação geral dos trabalhadores, através do dilema ir para casa ou ir para a rua trabalhar (DAVIS, 2020).

Mas, não devemos deixar de observar o desprezo por esta atividade, à medida que ir trabalhar significava risco de morte, notadamente, os trabalhadores vulneráveis. Neste caso, em vez de proteger a vida, recorrendo aos fundamentos da modernidade, argumentando

que a contaminação pode ser evitada a partir de algumas profilaxias determinadas pela ciência, ou seja, os protocolos de distanciamento social, uso de máscaras e vacinação, entretanto, no intuito de se esquivar da responsabilidade na proteção do trabalhador, as instituições estatais atendem prioritariamente aos interesses do mercado neoliberal. Através do negacionismo: refutação científica.

Para tanto, como estratégia utiliza a gramática dos afetos. Em vez da verdade, enganar com a pós-verdade. Pós-verdade na acepção de qualquer verdade pode ser verdadeira, basta não usar o expediente da racionalidade questionadora.

É deste modo que a gramática emotiva do cuidado, é destinada aos trabalhadores vulneráveis. A narrativa é um vocabulário relacionadas aos afetos. São trabalhadores ainda iludidos pela ética do trabalho, tendo como referência a sociedade fordista (ANTUNES, 2020), fundamentado no keynesianismo, que fomentava o desenvolvimento econômico articulado com a geração de trabalho e renda; e protegia os incapacitados para esta atividade. Outrossim, são profissionais que acreditam na meritocracia do trabalho; e continuam batalhando em busca dos seus talentos e esforços para um dia chegar lá, empreendedores do seu próprio negócio. Na realidade, o pós-fordismo desarticulou este imaginário, tornando o trabalho informal e precariados. Sem carteira assinada, logo sem garantias (STANDING, 2013).

A grosso modo, percebe-se que o cuidado, embora tenha havido esforços da teoria de gênero em manter os pilares modernos de cunho iluminista, por enquanto, tem servido para legitimar a manutenção das elites hegemônica - tanto homens, quantos mulheres, desde que ricos e brancos - fazendo uso da gramática emotivas, agora, em sua vertente neoliberal de extrema direita, que usa do populismo para fragilizar a democracia, aproximando de uma linguagem de vertente nazista e fascista (TEILELBAUM, 2020). Para tanto, busca-se possíveis bodes expiatórios - as crescentes demandas por direitos dos vulneráveis: pobres, pretos, imigrantes, etc. - para justificar as mazelas do mercado econômico, na falta de atendimento e proteção universal. É, pois, a linguagem dos afetos que hierarquiza quem pode ou não sobreviver, intento que continua memo no mundo pós-pandêmico. Através da máxima, se não é um trabalhador que chegou lá, viver em condições dignas, é porque não possui méritos. A meritocracia (SANDEL, 2020; PIKETTY, 2020) pode ser um atestado das linguagens do afeto no mundo do trabalho moderno

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, procuramos apreender o cuidado sob o viés da gramática emocional, a fim de compreender seu caráter emancipador e suas contradições. De um modo geral,

consideramos a teoria de gênero, acompanhado sua trajetória discursiva. Chamando a atenção de que no primeiro momento o cuidado ficou privatizado por atender apenas aos grupos privilegiados. Daí a necessidade de trazer o debate para a esfera pública. Todavia, tal discussões se dá no momento em que vigora na esfera pública o ceticismo quanto à sua capacidade de sensibilizar o Estado, na proteção universal do vulneráveis. O que faz emergir a adesão ao pós-modernismo, por parte de algumas teorias de gênero.

É possível conjecturar que a modernidade ainda não esteja esgotada em suas narrativas de ideais iluministas e universais. Trata-se de um momento que ela está colonizada com a razão instrumental, pela via irracional. Fazendo uso da gramática das emoções, a fim de legitimar o neoliberalismo de extrema direita e sua insensibilidade na proteção dos vulneráveis: os trabalhadores, sobretudo, aqueles que, na falta absoluta de renda, precisam trabalhar de dia para comer de noite.

Resta-nos continuar novas pesquisas, no sentido de encontrar soluções para saber quem cuidará do cuidador, quando não pode cuidar de si. Este, talvez, seja o aprendizado que a pandemia nos trouxe: que somos todos vulneráveis, em especial, quando não fazemos parte dos grupos hegemônicos. Dito em outras palavras, a modernidade ainda não encontrou uma racionalidade legítima para proteger os trabalhadores vulneráveis. Vale lembrar que o trabalho, ao nosso ver, continua central, por estruturar a reprodução do capital ao longo da cadeia produtiva. Seja através do mercado formal ou informal.

Aceito assim, faz-se necessário apreender o trabalho com uma atividade estrutural por cuidar dos corpos, da economia e do nosso habita natural (a Terra).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. 1ª Ed. - São Paulo: Boitempo, 2020
- BENHABIB, Seyla; Butler, Judith; CORNELL, Drucila; FRASER, Nancy. *Debates Feministas: um intercâmbio filosófico*. Tradução: Fernanda Veríssimo. São Paulo: Unesp, 2021.
- BENHABIB, Seyla. *Gênero, Comunidade e Pós-Modernismo na Ética Contemporânea*. Tradução: Ana Cláudia Lopes; Renata Romolo Brito. 1ª Ed. Brasília: Unb, 2021
- BUTLER, Judith. *Fundações Contingentes: feminismo e a questão do pós-modernismo*. In: BENHABIB, Seyla; Butler, Judith; CORNELL, Drucila; FRASER, Nancy. *Debates Feministas: um intercâmbio filosófico*. Tradução: Fernanda Veríssimo. São Paulo: Unesp, 2021.
- DAVIS, Mike. *A Peste do Capitalismo: coronavírus e a luta de classe*. Tradução: Murillo Vander Lann. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020
- DURKHEIM, Émile. *Divisão Social do Trabalho*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRASER, Nancy. *Falsas Antíteses: uma resposta a Seyla Benhabib e Judith Butler*. In: BENHABIB, Seyla; Butler, Judith; CORNELL, Drucila; FRASER, Nancy. *Debates Feministas: um intercâmbio filosófico*. Tradução: Fernanda Veríssimo. São Paulo: Unesp, 2021.
- FOUCAULT, Micheo. *A Ordem do Discurso*. 3ª Ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio São Paulo: Loyola, 1996.
- GALLIGAN, Carol. *Uma Voz Diferente. Psicologia da Diferença entre homens e Mulheres da infância à idade adulta*. Tradução: Nathanael C Caixeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982
- HARVEY, David. *Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva*. Tradução: Artur Renzo, Cauê Seigner Ameni, Murillo van der Laan. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HARBEMAS, J. *A inclusão do outro - estudos de teoria política*. Tradução: Denilson Luís Wele. 1ª Ed. São Paulo: Unesp, 2018.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5ª ed Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005
- PIKETTY, Thomas. *Capital e Ideologia*. Tradução: Dorotothée de Bruchard Maria de Fátima Oliva do Couto. Rio de Janeiro: Autêntica, 2020.

RAWLS, Jonh. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução: Almiro Pisetta; Lenita M. R. Esteves. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.'

SANDEL, Michael. *A Tirania do Mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Civilização Brasileira, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. In: *Educação & Realidade* v. 20, n. 2, jul.dez. 1995

STANDING, Guy. *O Precariado: a nova classe perigosa*. Tradução: Cristina Antunes. São Paulo: Autentica, 2013

TEILELBAUM, Benjamin. *A Guerra Pela Eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Tradução: Cyntia Costa. Campinas: Unicamp, 2020.